

# A adesão ao calote

É difícil acreditar no que se diz nos jornais, que o presidente José Sarney esteja construindo seu futuro em torno de algumas hipóteses, que lembram aquele título célebre da literatura brasileira: *Europa, França e Bahia*. Realmente, custa crer que s. exa. tenha pensado em uma dessas três hipóteses para consagrar definitivamente sua passagem, longa, pela política brasileira: ou ser secretário-geral da ONU, ou ser senador pelo Estado de Tocantins, ou continuar imortal, frequentando o chá da Academia Brasileira de Letras. Entre Nova York, onde fica a ONU, e Brasília, onde se ergue o Senado brasileiro, a possibilidade do Rio com o lazer da Academia. São hipóteses que, embora irreais e impossíveis de nelas se crer, ilustram bem o ânimo de quem nos governou por cinco anos, desperdiçando todas as oportunidades que a História lhe deu para realizar alguma coisa pelo Brasil. Algo fez, ninguém poderá negar: duas novas moedas, a decretação de uma moratória (cujos prejuízos a Nação pagou silenciosamente, como de hábito) e uma contrita confissão de humildade, admitindo que não entende coisa alguma de economia, e que tudo isso que fez, desorganizando a economia e precipitando o País neste terreno que muitos já consideram "terra arrasada", foi obra dos economistas de que se cercou e nos quais confiou.

Agora, quando a Nação conta os dias que faltam para que seu governo termine, s. exa. vem dar conselhos aos brasileiros, como se fosse daqueles membros do Conselho de Estado, que o Imperador chamava para ouvir opinião sobre graves questões de salvação pública. O primeiro conselho, para quem impôs à vontade popular, usando de todos os recursos de persuasão, o mandato de cinco anos, é que o povo deve continuar sendo o que hoje, dezembro de 1989, é: "O povo cansou de ser objeto político".

De fato, o povo cansou-se de ser instrumento do pequeno grupo que no Planalto fez e desfez da vontade popular expressa no movimento que levou Tancredo Neves à Presidência; cansou de ser enganado com o Cruzado (a inflação terminou) e com o Cruzado Novo (para combater a inflação que renasceria). Cansou-se de ser conduzido como na ditadura varguista, ou no período militar, em que a vontade do Executivo predominava sempre — naqueles tempos, via decretos-leis, hoje mediante as medidas provisórias muitas vezes repetidas. Cansou-se de ser enganado.

O outro conselho é digno de quem não sabe se almeja a Secretaria-Geral da ONU, uma vaga no Senado por Tocantins, ou a tranqüilidade da Academia — dúvida cruel, que nem Hamlet teria, mas que pelo menos nos tranqüiliza, pois as ambições de Macbeth se foram. O presidente da República, que autorizou a suspensão do pagamento da dívida externa nos dias que correm (além de ter reunido com pompa napoleônica o Conselho de Segurança Nacional, a que se juntaram por convite seus os presidentes do Congresso e do Supremo Tribunal Federal, para anunciar, como grande feito nacionalista, a moratória da dívida externa), s. exa. diz que a postura do sr. Luis Inácio Lula da Silva, se eleito e se suspender o pagamento da dívida externa, deve ter o mais amplo respaldo da sociedade para ser efetiva. Ele, presidente Sarney, não obteve sustentação interna para negociar um novo quadro de pagamento com os credores internacionais. Onde se conclui que, se os grupos anticonstitucionais do PT, como ontem insinuávamos, convocarem comícios para dizer que a vontade popular é pela suspensão dos pagamentos, o presidente Sarney, a caminho da ONU, do Tocantins ou do chá das cinco na Academia, aplaudirá a medida. Baterá palmas e dará seu apoio, porque "qualquer tentativa de suspender o pagamento cria uma confrontação internacio-

nal". Ao deixar o governo — alguém supõe que hoje se sirva regularmente café nas repartições públicas em Brasília? — o chefe de Estado brasileiro conclama o povo para a confrontação internacional! Como diplomata candidato à Secretaria-Geral da ONU, é um excelente cabo-de-guerra; como político que sempre foi, um igual aos outros, à cata de votos. Como acadêmico, sabe que estará dispensado do serviço militar na hipótese de a confrontação transformar-se em conflito.

Entre Nova York, Brasília e Rio, talvez o presidente José Sarney prefira a tranqüilidade de Brasília, de onde nada fará para refrear a alta do dólar no mercado paralelo, que não é problema seu, mas do presidente que tomar posse em março. De dezembro a março, a economia poderá descontrolar-se inteiramente, que o chefe do governo nada tem com isso. Tem, pelo contrário, um último conselho a dar a este povo tão generoso, que como objeto político recebeu das mãos de S. Exa. — e em todos os discursos do presidente isso se diz com vigor — a dádiva da democracia. Esse conselho é sibilino, para não dizer sinistro, pois não tem razão de ser, pois antes de aconselhar, o presidente reafirmava claramente que a vontade das urnas será respeitada e não haverá golpe militar. Qual é este conselho? Simples: "Precisamos nos preparar para que o presidente consagrado pela maioria do povo brasileiro possa tomar posse e viver suas circunstâncias como eu vivi as minhas". Se não há hipótese de golpe, por que o povo deve estar preparado para que o futuro presidente possa tomar posse?

É por essas frases soltas ao léu, que acreditamos que o presidente Sarney não pretenderá ser secretário-geral da ONU. Senador ou frequentador da Academia, poderá ser sem dúvida alguma, pois sua voz desaparecerá, enfim, no meio das demais!